Responsabilizar-se civil e criminalmente pelos danos decorrentes de sua ação ou omissão, bem como por quaisquer danos causados ao Patrimônio Público.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2011 - 0.129.692-1
CONTRATANTE: SUBPREFEITURA SÃO MIGUEL
CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

OBJETO DO ADITAMENTO: ALTERAR OS SUBITEMS 2.1 DA CLÁUSULA SEGUNDA, 7.2 DA CLÁUSULA SÉTIMA E INCLUIR SUBITEM 6.1.2 NA CLÁUSULA SEXTA E 9.2.1 NA CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS NO CONTRATO MÚLTIPLO ORIGINÁRIO Nº 9901228077/2011.

DESPACHO:

1. À vista dos elementos informadores do presente, notadamente da manifestação da Empresa Contratada às fls. 244 e 245, bem como da Supervisão de Administração às fls. 246, e também a manifestação da Assessoria Jurídica às fls. 247, no uso da competência que me foi delegada "AUTORIZO" a alteração dos subitens 2.1 da Cláusula Segunda, 7.2 da Cláusula Sétima e incluir subitem 6.1.2 na Cláusula Sexta e 9.2.1 na Cláusula Nona das Disposições Gerais no Contrato Múltiplo originário nº 9901228077/2011, da ECT – EMPRESA PÚBLICA CONSTITUÍDA NOS TERMOS DO DECRETO-LEI Nº 509, DE 20 DE MARÇO DE 1969, CNPJ sob nº 34.028.326/0031-29, nos termos do artigo 65, inciso II da Lei 8.666/93 e demais alterações posteriores da Legislação Municipal.

SÉ

COORDENADORIA DE PROJETOS E OBRAS NOVAS

SOLICITAÇÃO DE REMOÇÃO/PODA DE ÁRVORE(S)

TID nº.13.870.762/15-SONIA REGINA ANGELUCCI – CONDED. ITAPOÁ

I-DEFIRO. No uso das atribuições que me foram delegadas pela Portaria nº 077/SP-SÉ/GAB/2005, e nos termos do parecer da manifestação técnica do (a) Engº (a) Agrônomo (a), às fls. 13, AUTORIZO com fundamento nos incisos II, III, do artigo 11 da Lei Municipal nº. 10.365/87, a remoção por corte de 02 (dois) exemplares arbóreos, 01(um)da sp. Não identificada, e 01(um) da sp Ficus com o plantio de 02 (duas) novas mudas de médio porte, padrão DEPAVE, no interior do imóvel, e a poda de adequação/limpeza de 01 (um) exemplar arbóreo, da sp. Ficus benjamina, existentes na área interna particular, localizada à Rua Peixoto Gomide nº. 326 – Cerqueira Cesar.

II- Os serviços deverão ser executados as expensas do requerente, podendo ser fornecida autorização de licença de acordo com o laudo técnico, sendo informado por telefone para a retirada do documento.

III-O presente despacho vigorará por 12 (doze) meses. Após esse prazo será arquivado.

SAC nº.13.532.409/16-SUBPREFEITURA DA SÉ

I-DEFIRO No uso das atribuições que me foram delegadas pela Portaria nº 077/SP-SÉ/GAB/2005, e nos termos do parecer da manifestação técnica do (a) Engº (a) Agrônomo (a), às fls.03. AUTORIZO com fundamento no inciso II, do artigo 11 e incisos I e II do artigo 12 da Lei Municipal nº 10.365/87, a remoção por corte de 01 (um) exemplar arbóreo da sp. Ligustrum lucidum, com o plantio de 01 (um) novo exemplar da espécie nativa, padrão DEPAVE de médio porte, no mesmo local, e a poda de adequação de 01(um) exemplar arbóreo, da sp Ipê, existentes no passeio público, localizado na Avenida Higienópolis, nº 529 -Higienópolis.

SAC nº.13.511.440/15-LUCIANO JOSÉ DA SILVA

I-DEFIRO No uso das atribuições que me foram delegadas pela Portaria nº 077/SP-SÉ/GAB/2005, e nos termos do parecer da manifestação técnica do (a) Engº (a) Agrônomo (a), às fls.03. AUTORIZO com fundamento no inciso II, do artigo 11 e incisos I e II do artigo 12 da Lei Municipal nº 10.365/87, a remoção por corte de 01 (um) exemplar arbóreo da sp. Ligustrum lucidum, com o plantio de 01 (um) novo exemplar da espécie nativa, padrão DEPAVE de médio porte, no mesmo local, e a poda de adequação/limpeza de 01(um) exemplar arbóreo, da sp Tibouchina

granulosa, existentes no passeio público, localizado na Avenida Higienópolis, nº 587 (em frente ao Shopping) - Higienópolis.

SAC nº.13.496.050/16-JOSE MANSUR FARHAT

I-DEFIRO No uso das atribuições que me foram delegadas pela Portaria nº 077/SP-SÉ/GAB/2005, e nos termos do parecer da manifestação técnica do (a) Engº. (a) Agrônomo (a), às fls.05. AUTORIZO com fundamento nos incisos II, III do artigo 11 e incisos I e II do artigo 12 da Lei Municipal nº 10.365/87, a poda de emergência/poda de adequação de 04 (quatro) exemplares arbóreos 01(um) da sp. não identificada, 02(dois) da sp Tibouchina granulosa e 01 (um) da sp Emburuçu, existentes no passeio público, localizado na Rua Morro Verde, nº 150 - Pacaembú.

SAC nº.13.099.440/15-ROSICLER MARQUES NOVO

I-DEFIRO No uso das atribuições que me foram delegadas pela Portaria nº 077/SP-SÉ/GAB/2005, e nos termos do parecer da manifestação técnica do (a) Engº. (a) Agrônomo (a), às fls.06. AUTORIZO com fundamento no inciso II do artigo 11 e incisos I e II do artigo 12 da Lei Municipal nº 10.365/87, a poda de equilíbrio/poda de direção de 01 (um) exemplar arbóreo da sp Ligustrum lucidum, existente no passeio público, localizado na Rua Bueno de Andrade, nº 318 – Aclimação.

SAC nº.13.502.393/15-GUILHERME SANTOS DE JESUS

I-DEFIRO No uso das atribuições que me foram delegadas pela Portaria nº 077/SP-SÉ/GAB/2005, e nos termos do parecer da manifestação técnica do (a) Engº. (a) Agrônomo (a), às fls.06. AUTORIZO com fundamento no inciso II do artigo 11 e incisos I e II do artigo 12 da Lei Municipal nº 10.365/87, a poda de adequação de 01 (um) exemplar arbóreo da sp Tipuana tipu, existente no passeio público, localizado na Rua Francisco G. de Andrade Machado, nº 120 – Bela Vista.

SAC nº.13.415.660/15-JOANA CRISTINA MARQUES DE OLIVEIRA

I-DEFIRO No uso das atribuições que me foram delegadas pela Portaria nº 077/SP-SÉ/GAB/2005, e nos termos do parecer da manifestação técnica do (a) Engº. (a) Agrônomo (a), às fls.03. AUTORIZO com fundamento no inciso IV do artigo 11 e incisos I e II do artigo 12 da Lei Municipal nº 10.365/87, a poda de formação de 01 (um) exemplar arbóreo da sp Tipuana tipu, existente no passeio público, localizado na Rua Pamplona , nº 43 – Jardim Paulista.

TID nº 14.477.011/15-LUIZ ANTONIO CAVALCANTE BODON

I-DEFIRO. No uso das atribuições que me foram delegadas pela Portaria nº 077/SP-SÉ/GAB/2005, e nos termos do parecer da manifestação técnica do (a) Engº (a) Agrônomo (a), às fls. 11. AUTORIZO com fundamento nos incisos II e III do artigo 11 da Lei Municipal nº 10.365/87, a remoção por corte de 01(um) exemplar arbóreo, da sp Syagros romanzoffiana, com o plantio de (01) novo exemplar arbóreo de pequeno porte padrão DEPAVE., no interior do imóvel, existente na área interna particular, localizada à Avenida Pacaembu, nº 1.105 – Santa Cecília.

II- Os serviços deverão ser executados a expensas do requerente, podendo ser fornecida a autorização de licença de acordo com o laudo técnico, sendo informado por telefone para a retirada do documento.

III-O presente despacho vigorará por 12 (doze) meses. Após esse prazo será arquivado.

TID nº.14.436.085/15-JOSÉ ANTONIO VISINTIN – CAMPUS USP DA CAPITAL

I-DEFIRO. No uso das atribuições que me foram delegadas pela Portaria nº 077/SP-SÉ/GAB/2005, e nos termos do parecer da manifestação técnica do (a) Engº (a) Agrônomo (a), às fls. 07, AUTORIZO com fundamento nos incisos II, III, do artigo 11 da Lei Municipal nº. 10.365/87, a remoção por corte de 02 (dois) exemplares arbóreos, da sp. Tibouchina mutabilis, com o plantio de 02 (dois) novos exemplares de médio porte, padrão DEPAVE, no interior do imóvel, e a poda de adequação/limpeza de 01 (um) exemplar arbóreo, da sp. Hymenaea sp, existentes na área interna pública, localizada à Rua Maria Antonia nº. 294 – Centro.

II- Os serviços deverão ser executados as expensas do requerente, podendo ser fornecida autorização de licença de acordo com o laudo técnico, sendo informado por telefone para a retirada do documento.

III-O presente despacho vigorará por 12 (doze) meses. Após esse prazo será arquivado.

observância ao disposto no § 3º do artigo 21 do Decreto nº 56.507, de 14 de outubro de 2015;

RESOLVEM:

Art. 1º. Para efetivação da gestão compartilhada do Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes à Fundação Paulistana de Tecnologia, Educação e Cultura competirá:

I – garantir e prover ao Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes os recursos financeiros e orçamentários necessários para a operação, manutenção e custeio fixo da unidade;

II – a formulação e a execução conjunta com a Secretaria Municipal de Cultura dos programas e projetos de formação na área cultural a serem desenvolvidos na unidade.

Art. 2º. Para efetivação da gestão compartilhada do Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes à Secretaria Municipal de Cultura competirá:

I – incluir o Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes no circuito de programação artística e cultural do município;

II – realizar a programação artística e cultural do equipamento de forma integrada ao sistema de programação cultural;

III – incluir a Biblioteca do Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes no sistema municipal de bibliotecas, tomando todas as providências necessárias à manutenção, compra de acervo e programação cultural;

IV – planejar e executar, junto à Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, a política de formação artística e cultural a ser implementada no Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes.

Art. 3º. Considera-se, para todos os efeitos, o Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes equipamento cultural da Secretaria Municipal de Cultura, para execução da programação e sua integração à rede de equipamentos da Secretaria Municipal de Cultura, de forma a garantir a continuidade dos serviços afetos a sua área de atuação, nos termos do artigo 23 da Lei nº 16.115, de 9 de janeiro de 2015, e do artigo 22 do Decreto nº 56.507, de 14 de outubro de 2015.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

EDUCAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 353, DE 12 DE JANEIRO DE 2016
ALTERA A PORTARIA Nº 4.779, 24 DE JULHO DE 2015 – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO– CPL DRE/CS – CONSTITUÍDA PELA PORTARIA Nº 5.683/2013

O Secretário Municipal de Educação no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade do disposto no art. 15 da Lei Municipal 13.278/2002 e art. 19 do Decreto 44.279/2003

RESOLVE:

1 – EXCLUIR:
CAROLINA NOGUEIRA DROGA, RF 694.109.5 (Homologador)

2- INCLUIR:
ANDREA GONÇALVES DE JESUS, RF 620.762.6 (Homologador)

3- Permanecem inalterados os demais que compõem a comissão.

4- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 383, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL GRATUITO – VAI E VOLTA PARA OS EDUCANDOS/ CRIANÇAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e, CONSIDERANDO:

- o disposto no artigo 208, inciso VII da Constituição Federal que determina como dever do Estado que a educação será efetivada mediante a garantia de atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

- o contido no artigo 5º, da Lei Federal nº 9.394, de 20/12/96, que trata da garantia do acesso à educação básica, constituindo-se em direito público subjetivo;

- o contido no inciso VIII do artigo 70, da Lei Federal nº 9.394, de 20/12/96, que trata da manutenção e desenvolvimento do ensino relacionado às despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar;

- o estabelecido na Lei Municipal nº 13.697, de 22/12/03, que dispõe sobre a criação do Programa de Transporte Escolar Municipal Gratuito – Vai e Volta, no Município de São Paulo;

- o contido na Portaria Intersecretarial que dispõe sobre as competências, operacionalização e implementação do Programa de Transporte Escolar Municipal Gratuito – Vai e Volta;

- o contido na Portaria SME nº 6.811, de 20/10/15, que dispõe sobre diretrizes, normas e períodos para a realização de matrículas na Rede Municipal de Ensino;

- o contido no Regulamento de Credenciamento nº 01/2013 – DTP. GAB.

- a necessidade de bem informar e esclarecer as famílias sobre todas as questões e critérios de atendimento e inclusão dos educandos no Programa de Transporte Escolar Municipal Gratuito – Vai e Volta,

RESOLVE:

Art. 1º - O Programa de Transporte Escolar Municipal Gratuito – Vai e Volta, instituído pela Lei nº 13.697/03, tem como

objetivo o transporte dos educandos/crianças regularmente matriculados nas turmas de Infantil I e II dos CEMELs - Centros Municipais de Educação Infantil, nas Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEIs, Escolas Municipais de Educação Bilingue para Surdos – EMEBSs, Escolas Municipais de Ensino Fundamental – EMEFs, Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio – EMEFMs, Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos – CIEJAs e Instituições de Educação Especial Conveniadas à SME, de suas residências até os respectivos estabelecimentos municipais de ensino e/ou Instituições Conveniadas de Educação Especial a SME e destes(as) até suas residências.

Parágrafo Único – Os educandos/crianças que trata o caput deste artigo serão definidos para a inclusão no Programa no ato da matrícula e/ou no período de rematrícula, nos termos da Lei supramencionada, bem como, Portarias de matrícula e demais textos regulamentadores do Programa de Transporte Escolar Municipal Gratuito - Vai e Volta.

Art. 2º - São candidatos ao atendimento pelo Programa os educandos/ crianças matriculadas nos:

I - CEMELs e EMEIs, sendo que nos CEMELs, o atendimento abrangerá, exclusivamente, os educandos/crianças matriculadas nas turmas de Infantil I e II;

II - EMEFs e EMEFMs, sendo que o atendimento dar-se-á para educandos com 12 anos de idade completos até 31/12/2016.

Art. 3º - Serão atendidos os educandos/crianças que residirem a partir de 2 (dois) quilômetros da Unidade Educacional na qual estiverem matriculados, por meio dos dados de georreferenciamento do Sistema Escola On-line - EOL.

Parágrafo Único: No caso de dúvida ou impossibilidade de cálculo da rota realizada pelo sistema de georreferenciamento, caberá à Unidade Educacional verificar a quilometragem correta por meio de sítios específicos, considerando o CEP válido.

Art. 4º - Terão prioridade no atendimento, ainda que residam a menos de 2 (dois) quilômetros da Unidade Educacional e independentemente de sua idade:

I - os educandos/crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento - TGD e altas habilidades/superdotação;

II - os educandos/crianças com problemas crônicos de saúde, que dificultem ou impeçam a sua locomoção, que possuam laudos médicos devidamente cadastrados no Sistema Escola On-line - EOL.

§ 1º - Para os educandos/crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento - TGD e altas habilidades/superdotação, referidos no inciso I deste artigo, regularmente matriculados no Sistema EOL, o atendimento deverá abranger tanto o transporte para as Escolas Municipais de Ensino Regular ou de Escolas Municipais de Educação Bilingue para Surdos - EMEBSs, quanto o atendimento/apoio educacional complementar realizado em turmas das SAAls, nas Escolas da Rede Municipal de Ensino e/ou em Instituições de Educação Especial conveniadas com a Secretaria Municipal de Educação - SME;

§ 2º - Visando à definição do tipo de veículo para os atendimentos de que trata o parágrafo anterior, será necessário que as unidades educacionais digitem as informações complementares / específicas de cada educando/criança no Sistema EOL.

§ 3º - Para os educandos/crianças referidos no inciso II deste artigo, ainda que impedidos de locomoção em caráter temporário, os pais/responsáveis deverão apresentar relatório médico atualizado, identificado com CRM do médico e o CID, descrevendo os motivos/justificativas médicas e o período de tratamento para inclusão no Programa Transporte Escolar Municipal Gratuito – Vai e Volta.

§ 4º - O relatório médico mencionado no parágrafo anterior, apresentado pelos pais/responsáveis, deverá ser anexado à solicitação de Transporte Escolar Municipal Gratuito – Vai e Volta e arquivado no prontuário do educando/criança;

§ 5º - Em não havendo, no decorrer do ano letivo, a reapresentação de relatórios médicos mencionados que justifiquem a permanência desses educandos/crianças no Programa de Transporte Escolar Gratuito – Vai e Volta, os mesmos serão desligados ao final do prazo estabelecido nos relatórios médicos, caso residam até dois quilômetros da Unidade Escolar sem existência de barreira física no percurso.

Art. 5º - Poderá ser concedido o transporte para irmão de educando/criança com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento - TGD e altas habilidades/superdotação ou aqueles com problemas crônicos de saúde, atendidos no Programa, desde que esteja matriculado no mesmo turno e Unidade Educacional do irmão, conforme disponibilidade de vaga no mesmo veículo.

Art. 6º - Poderão ser incluídos no Programa, mesmo que residam a menos de 2(dois) quilômetros de distância da Unidade Educacional os educandos/crianças em que, no percurso entre a Unidade Educacional e a residência, seja constatada a existência de barreiras físicas, temporárias ou não, que impeçam ou dificultem o acesso ou prejudiquem, a circulação com segurança e que coloquem em risco a integridade física dos educandos.

Art. 7º - Consideram-se barreiras físicas:

I - as linhas férreas e rodovias sem passarela ou faixa de travessia de pedestres sem semáforo;

II - as marginais ou outras vias sem a devida sinalização, cuja travessia coloque em risco a integridade física dos educandos;

III - rio, lago, lagoa, brejo, ribeirão, riacho sem pontes ou passarelas;

IV – trilhas em matas, serras ou morros;

V – vazadouro (lixão).

Parágrafo Único – Todos os casos de barreiras físicas devem ser devidamente registrados no Sistema EOL.

Art. 8º - Os casos não contemplados no artigo anterior deverão ser encaminhados pela Unidade Educacional, devidamente justificados.

CAPELA DO SOCORRO

GABINETE DA SUBPREFEITA

SUPERVISÃO DE LIMPEZA PUBLICA

Conforme Leis 10.365/87 e 10.919/90 e Decretos 26.535/88 e 29.586/91 e laudo de UPJ, DEFIRO o pedido de poda e/ou remoção de árvores existentes em Área Pública (Interna, Praças, Áreas verdes):

DOCUMENTO	LOCAL	ÁRVORE/ESPÉCIE	RECOMENDAÇÕES
TID 14535830	Rua Dos Acordes, 200, Cantinho do Céu	05(cinco) espécies arbóreos Pinus elliottis	Eliminação/corte
TID 14212356	Rua Trazubulo Pinheiro de Albuquerque, 874 Jd Santa Helena	01 (um) espécie arbóreo Angico branco	Remoção
TID 14252529	Rua Joris Ivens, 1203 Jd Santa Helena	01 (um) espécie arbóreo Jacarandá mimoso	Remoção
TID 14251888	Rua Monte Carlo, 25 Velieiros	01(um) espécie arbóreo Ligustro	Remoção
TID 14366992	Rua Olimpio de Oliveira Chalegre, 137 VI da Paz	06 (seis) espécies arbóreos Ficus benjamina	Remoção
TID 14503028	Av Jangadeiro, 549 Interlagos	01 (um) espécie arbóreo Ligustro	Remoção
TID 14185831	Av. Atlântica, 3031 Interlagos	01 (um) espécie arbóreo Spatodea	Remoção

As pessoas ou entidades interessadas que discordarem, poderão no prazo de 6 (seis) dias contados da data da publicação, apresentar recurso contra a medida, devidamente fundamentada, protocolando-o nesta SP à Rua Cassiano dos Santos, 499 Jardim Clipper.

VILA PRUDENTE

GABINETE DA SUBPREFEITA

2013-0.321.751-8

TORNO SEM EFEITO o despacho de fl. 20, publicado no D.O.C. em 25/04/15 – pág. 14, tendo em vista não estar na Jurisdição desta Subprefeitura.

DESPACHO DA SUBPREFEITA

SAC 13541837 Osvaldo Casanova

Considerando os elementos constantes do presente, em especial o parecer técnico do Engenheiro Agrônomo às fls. 02 a 05 que acolho, e com fundamento na Lei Municipal nº 10.365/87, autorizo a poda de uma árvore da espécie Alfeneiro (Ligustrum lucidum) Códigos no sigau: 089559-15, plantada na Rua Ibitirama nº 1677, que será realizada pela PMSP. A programação do serviço será em conformidade com a Lei Municipal nº 10.919/90. As pessoas ou entidades que discordarem, poderão apresentar recurso, devidamente fundamentado, junto à SP-VP, no prazo de 06 (seis) dias, contados da data desta publicação.

SAC 12905309

Considerando os elementos constantes do presente, em especial o parecer técnico do Engenheiro Agrônomo às fls. 02 a 06 que acolho, e com fundamento na Lei Municipal nº 10.365/87, autorizo as podas de quarenta e uma árvores, sendo nove árvores da espécie Amoreira (Morus nigra), doze Ficus (Ficus benjamina), uma mangueira (Mangifera indica), quatro Ipês de jardim (Tecoma stans), três goiabeiras (Psidium guajava), quatro Jacarandá (Jacaranda sp), uma Leucena (Leucaena sp), uma Magnolia (Magnolia grandiflora), uma Pata de vaca (Bauhinia sp), uma abacateiro (Persea americana), uma Jasmim manga (Plumeria rubra), uma Sibipirura (Caesalpinia pluviosa), um Alfeneiro (Ligustrum lucidum) uma Amexeira (Eriobotrya japônica) e uma não identificadas, plantadas no canteiro central da Av Paes de Barros da Rua Chamantã até Rua Trocari que serão realizadas pela PMSP. A programação do serviço será em

conformidade com a Lei Municipal nº 10.919/90. As pessoas ou entidades que discordarem, poderão apresentar recurso, devidamente fundamentado, junto à SP-VP, no prazo de 06 (seis) dias, contados da data desta publicação.

CULTURA

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA CONJUNTA Nº 01/2016 – SMC

(SMC/SDTE/Fundação Paulistana)

NABIL GEORGES BONDUKI, Secretário Municipal de Cultura, DARLENE APARECIDA TESTA, Secretária Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo em exercício e DIOGO JAMRA TSUKUMO, Diretor Geral da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei,

CONSIDERANDO a concepção, construção e implantação do Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes dada no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura, entre os anos de 2004 e 2014 e o caráter inovador e estratégico que este equipamento público possui na rede de equipamentos públicos municipais de cultura;

CONSIDERANDO a incorporação da gestão do Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes à estrutura da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, após sua reestruturação dada pela Lei nº 16.115, de 9 de janeiro de 2015;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 21 e 22 do Decreto nº 56.507, de 14 de outubro de 2015, que aprovou o estatuto da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura e determinou a gestão compartilhada do Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes entre a Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura e a Secretaria Municipal de Cultura;

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de disciplinar a gestão compartilhada do Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes, segundo as competências das partes gestoras, em